



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental COM AAF	11030000019/16	22/02/2016 11:43:54	NUCLEO PATOS DE MINAS
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00323766-6 / FERNANDO MARIA BONTEMPO		2.2 CPF/CNPJ: 084.459.311-72	
2.3 Endereço: RUA UBERABA, 235		2.4 Bairro:	
2.5 Município: PATOS DE MINAS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.702-052
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: 00323766-6 / FERNANDO MARIA BONTEMPO		3.2 CPF/CNPJ: 084.459.311-72	
3.3 Endereço: RUA UBERABA, 235		3.4 Bairro:	
3.5 Município: PATOS DE MINAS		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.702-052
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: Fazenda Tres Barras		4.2 Área Total (ha): 326,4064	
4.3 Município/Distrito: RIO PARANAIBA		4.4 INCRA (CCIR): 416.070.000.051-8	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 2.853		Livro: 2 RG	Folha: Comarca: RIO PARANAIBA
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 346.500	Datum: SIRGAS 2000	
	Y(7): 7.868.700	Fuso: 23K	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: rio Paranaíba			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está (X) não está () inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 34,24% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
Cerrado			326,4064
Total			326,4064
5.8 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica			98,2723
Outros			228,1341
Total			326,4064

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				31,3759
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0200	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0200	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				0,0200
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Outro - ÁREA JÁ ANTROPIZADA				0,0200
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n	SIRGAS 2000	23K	347.342	7.869.104
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Infra-estrutura	DUAS CASAS DE BOMBA			0,0200
Total				0,0200
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação		Qtde	Unidade
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.2 Especificação da inserção do imóvel em área prioritária para conservação: MUITO BAIXA.

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: BAIXA.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1- Histórico:

Data da formalização: 18/02/2016

Data da vistoria: 15/09/2016

Data da emissão do parecer técnico: 28/09/2016

2- Vistoriantes

César Teixeira Donato de Araújo - MASP 1.366.923

3- Objetivo:

É objeto deste parecer analisar o processo 11030000019/16 que solicitou intervenção em área de preservação permanente em 0,0200 ha sem supressão de vegetação nativa. Pretende-se com a intervenção a instalação de uma duas casas de bomba e rede elétrica de abastecimento das mesmas, para irrigação de área produtora de café.

4- Caracterização do empreendimento:

No dia 15 de setembro de 2016 foi realizada a visita técnica na Fazenda Três Barras. A propriedade está registrada sob as matrículas nº 417, livro 2A, folha 124, e nº 2.853, livro 2RG, folha 001, ambas da comarca de Rio Paranaíba, com área total de 326,0881 ha, sendo portanto considerada média propriedade rural, localizada no município de Rio Paranaíba/MG. Esta é uma propriedade dos Srs. Fernando Maria Bontempo, portador do CPF 084.459.311-72, e José Pereira da Silva, CPF 170.421.006-20. O responsável técnico pelo processo é o Sr. Paulo Barbosa de Melo, CPF 480.962.376-91, com procuração anexa ao processo. A ART do levantamento planimétrica e laudo de alternativa locacional é assinada pelo Eng. Sanitarista e Ambiental Fernando Henrique Mendonça Caixeta, CREA-MG 188.921/D, ART 1420160000002948006.

A propriedade possui as seguintes características físicas: solo predominantemente latossolo vermelho-amarelo; topografia vai de plana (maior parte do imóvel) a suavemente ondulada (nas áreas próximas à de preservação permanente). A propriedade está inserida na Bacia federal do Rio Paranaíba, pertencendo a UPGRH PN1.

Quanto à vegetação nativa local, ela pertence ao bioma cerrado e fitofisionomias floresta estacional semidecidual montana, nas áreas próximas aos cursos d'água, e campo cerrado nas demais áreas. Está restrita atualmente às áreas de reserva legal e de preservação permanente.

A propriedade possui como principal atividade a cafeicultura, mas também desenvolve a pecuária, silvicultura e o cultivo de culturas de ciclo anual. De acordo com o levantamento planimétrico apresentado, a Fazenda Três Barras possui 127,0246 ha de café, 57,7161 ha de pasto, 12,4201 ha de eucalipto e 19,0264 ha de cultivo de ciclo curto (anual). Na vistoria foram reconhecidas todas essas áreas em acampo. Foi apresentado a AAF nº 585/2016 da SUPRAM TMAP, com validade até 01 de fevereiro de 2020. Do restante do uso do solo do imóvel, 11,882 ha estão ocupados com infraestrutura e outros usos (barramento, sede, carregadores, cascalheiras) e, 98,0189 ha com vegetação nativa, sendo 31,3759 ha de APP (9,62%) e 65,71 ha de reserva legal (20,15%). Esta Fazenda possui 4 pontos de captação de uso insignificante de água, todos em barramentos da propriedade, sendo eles os processos de número 2330/2016, 2331/2016, 2332/2016 e 2333/16, sendo que este último é referente a um dos pontos de captação alvos deste processo (x347.342, y7869104, UTM, WGS84). O outro ponto de captação aqui solicitado ainda não teve o seu pedido de outorga analisado, constando no SIAM como formalizado, processo de outorga nº 6497/2016.

Segundo o zoneamento ecológico econômico do estado, a propriedade está inserida em uma área de campo, fitofisionomia esta percebida durante a vistoria e citada acima. A prioridade de conservação da flora é muito baixa e, a vulnerabilidade natural está definida como baixa. Entretanto, a área a ser impactada pela intervenção ambiental é desprovida de vegetação nativa.

O imóvel não possui reserva legal averbada em matrícula, sendo esta regularizada através do CAR, pelo artigo 30 da Lei 20.922/13. Com isso, apresentou-se o CAR nº MG-3155504-2787F948F3F1458F81305F38B43B8112. Por possuir mais de 4 módulos fiscais, anexou-se também a ART do profissional responsável pelo CAR, que no caso foi o técnico em meio ambiente Tiago José Vieira, CREA-MG 110.956/TD, ART 1420150000002827756. Diante dos critérios ambientais definidos pelo artigo 26 da Lei 20.922/13, aprovo a localização da reserva legal demarcada no Cadastro Ambiental Rural e, atesto que o declarado no CAR corresponde com a realidade na Fazenda Três Barras.

Observação: Os proprietários e posseiros rurais deverão retificar e atualizar as informações declaradas no CAR quando houver solicitação do órgão ambiental competente ou diante de alteração de natureza dominial ou possessória, devendo essa alteração ser aprovada/homologada pelo órgão ambiental competente.

5- Da Autorização para Intervenção Ambiental:

No processo nº 11030000019/16 foi requerida a intervenção em área de preservação permanente em 0,0200 ha sem supressão de vegetação nativa. Pretende-se com a intervenção a captação de água através da instalação de duas casas de bomba e rede elétrica. Os pontos de captação são: 1) 347342, 7869104; 2) 347367, 7868984 (UTM, WGS84). Eles estão localizados em margens opostas de um mesmo barramento com aproximadamente 2,5 ha.

Conforme lei estadual 20.922/13 as intervenções em áreas de APP podem ser autorizadas de acordo com o artigo 12:

"Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente

em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio."

O artigo terceiro da referida lei considera as atividades como utilidade pública, interesse social e baixo impacto:

II - de interesse social:

g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água;

Como inserido no PSUP, esta captação visa a irrigação de uma área de 180 ha de café na propriedade, sendo portanto considerada como de interesse social.

Para atender um dos critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA 369/2006, art. 3º, foi apresentado um laudo de justificativa técnica e locacional, assinado pelo Eng. Sanitarista e Ambiental Fernando Henrique Mendonça Caixeta, CREA-MG 188.921. Neste documento, justifica-se a localização destes pontos de captação, pois eles estão desprovidos de vegetação nativa, não sendo,

portanto, necessária a supressão de novas áreas de vegetação para a realização dessas captações e instalação dos equipamentos necessários. Trata-se de uma área já antropizada.

O ponto de captação número 1 já possui pedido de uso insignificante deferido e declaração emitida pela SUPRAM TMAP, sendo o processo de nº 2333/2016, protocolo 112523/2016. Todavia, o ponto de captação 2 ainda está com pedido em análise pela SUPRAM TMAP, conforme processo de outorga nº 6497/2016.

Dessa forma, após análise técnica, pode-se notar que a requisição é tecnicamente viável e, aparentemente está de acordo com a legislação ambiental vigente, carecendo, para isto, de análise jurídica a ser realizada pela SUPRAM TMAP.

6- Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras:

Impactos negativos: Alteração do micro-clima local, alteração na compactação do solo, aumento susceptibilidade a erosão do curso hídrico, poluição sonora pelo funcionamento da bomba.

Impactos positivos: benefício socioeconômico no entorno do empreendimento visto à grande importância da agricultura na região; aumento da produção e melhor manutenção desta atividade, ampliação da oferta de café.

7- Conclusão:

Trata-se o presente processo de 0,0200 ha de intervenção em área de preservação permanente sem supressão de cobertura vegetal para a construção de duas casas de bomba. Não foi encontrado impedimento técnico para a intervenção requerida e, a atividade é de interesse social, sendo assim, sugiro o DEFERIMENTO desta.

As considerações técnicas descritas neste parecer (Anexo III) devem ser apreciadas pelo setor jurídico da SUPRAM TMAP, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1.905/13.SUPRAM - TM/AP.

8- Validade:

Mesma da AAF.

Medidas Mitigadoras:

- Conservar as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal de acordo com a Lei Estadual 20.922/2013.
- Não suprimir nenhum indivíduo arbóreo com mais de 5 cm de diâmetro (DAP).
- Realizar ações preventivas para evitar erosão para o curso d'água, se necessário, como curvas de nível.
- Manter sempre o solo com alguma cobertura vegetal.
- Cumprir as demais medidas mitigadoras previstas no PSUP.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

CESAR TEIXEIRA DONATO DE ARAUJO - MASP: 1366923-9

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 15 de setembro de 2016

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Processo Administrativo nº. 11030000019/16

Ref.: Requerimento para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa

PARECER JURÍDICO

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado por Fernando Maria Bontempo e Outro, conforme fl. 02 dos autos, para regularização de intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0200 hectare, na propriedade Fazenda Três Barras (mat. 417 e 2.853), município de Rio Paranaíba e CRI de Paranaíba/MG.

2 - A propriedade possui área total de 326,1734ha e sua reserva legal esta devidamente cadastrada no CAR, em área não inferior a 20%, e foi aprovada pelo técnico vistoriante.

3 - A intervenção ambiental tem por finalidade a construção de duas casas de bomba, passagem de tubulação e implantação da rede elétrica necessária para irrigação das áreas agricultáveis da fazenda. Esta obra é passível de AAF conforme certificado PA nº 33539/2015/001/2016 em anexo. O empreendedor possui processo de outorga nº 06497/2016, o qual encontra-se formalizado e pendente de análise.

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, estando o Cadastro Ambiental Rural e o Plano Simplificado de Utilização Pretendida.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção é passível de autorização/regularização para intervenção em área de preservação permanente (APP) em 0,0200 hectare sem supressão uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes, sendo considerado de baixo impacto.

6 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a

biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

7 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013 e DN COPAM 76/2004. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

8 - Entende-se por atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: a) a abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões; b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; c) a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) a construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais; f) a construção e manutenção de cercas, aceiros e bacias de acumulação de águas pluviais; g) a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; h) a coleta de produtos não madeireiros, como sementes, castanhas, serapilheira e frutos, desde que de espécies não ameaçadas e imunes ao corte, para fins de subsistência, produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos, bem como os tratados internacionais de proteção da biodiversidade de que o Brasil é signatário; i) o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) a exploração agroflorestal e o manejo sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) a abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos; l) a realização de atividade de desassoreamento e manutenção em barramentos, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; m) outra ação ou atividade similar reconhecida como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

9 - Entende-se por interesse social: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água; h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

10 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

11 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

III) Conclusão:

11 - Ante ao exposto, considerando que a intervenção/supressão requerida deriva de uma obra de interesse social, nos exatos termos do art. 3º, III, alínea "b", da Lei 20.922/2013; considerando a inexistência de alternativa técnica locacional, a Diretoria de Controle Processual da SUPRAM TMAP, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente a regularização da intervenção em área de preservação permanente (APP) em 0,0200 hectare com supressão de vegetação nativa, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no parecer técnico, e que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 4 (anos) anos, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 1905/2013.

EXISTE PROCESSO DE OUTORGA QUE ESTÁ PENDENTE DE ANÁLISE E RECOMENDAMOS QUE A VALIDADE DO DAIA ESTEJA CONDICIONADA A OBTENÇÃO DA OUTORGA.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observação: Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP sem supressão de vegetação com base nas informações técnicas prestadas. Assim, a DCP da SUPRAM TMAP, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

DAYANE APARECIDA PEREIRA DE PAULA - OABMG 103426

17. DATA DO PARECER

quarta-feira, 26 de setembro de 2018